

ATA 07

Ata 07/2011 – Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião extraordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Maria Inês Borges Mânica, Valdair Alberton Baggio, Rosana Aparecida Pinho Franco dos Santos, Esther Luiza de Souza Lemos, Raquel Cassol, Solange Silva dos Santos Fidelis, Márcia Fath, Fernanda Pape, Alcídio Pastório, Vilson André da Silva, Patricia Ortigoza Chaves, Rejane Linck Neumann, Valdenice dos Santos Souza, Micheli Cristine S. de Moura, Ruth L. Palmas, Maria de Lurdes O. Silveira, Simone Beatriz Ferrari, Otilia Grígolo Friedrich, Renate Neumann Schewe Cardoso, Tânia Piazzeta e a participante: Dyessica Thais A. R. Silva. A presidente do CMAS, Maria Inês Borges Mânica, abre a reunião saudando os presentes e apresenta a pauta da reunião: a) **Relato da Comissão Técnica**; b) Apreciação e aprovação do Plano Municipal de Assistência Social/SETP; c) Apresentação e Aprovação do Programa de Gestão e Modernização de Práticas Sociais, exercício 2011. Em seguida, informa que a reunião extraordinária foi convocada pelo Departamento de Gestão da Secretaria de Assistência Social, tendo em vista que o Plano Municipal de Assistência Social, fechará no dia 31 de maio no sistema da SETP. No item **A** da pauta, Raquel Cassol fala que a comissão técnica se reuniu na quinta-feira para analisar o Plano Municipal de Assistência Social, em que a comissão propôs algumas alterações. Na sequência, Fernanda esclarece que foi necessário realizar a reunião extraordinária porque o sistema abriu no dia 04 de maio, no mesmo dia da última reunião ordinária e se encerra no dia 31 de maio, fala que enviou o PMAS aos conselheiros, por e-mail ainda na quinta-feira após a análise da comissão técnica. Informa que como já foi feito o Plano Plurianual (PPA) no ano passado, o sistema já traz algumas informações na identificação do Órgão Gestor. Em relação ao Diagnóstico Sócio, Econômico e Territorial, no questionário sobre as ocupações irregulares, constou que não existem ocupações irregulares, no entanto, a comissão técnica discutiu e decidiu por fazer correspondências ao Executivo Municipal, para que alguém se responsabilize em realizar este levantamento, e à SETP solicitando que nos envie qual é o entendimento de ocupações irregulares que eles utilizam. Simone diz que deveria constar que sim, que existem ocupações irregulares, tendo em vista que o Plano é indicador para criação de programas e projetos também na área habitacional. Em relação aos Dados utilizados para a análise da situação de risco e vulnerabilidade social do Município, Fernanda esclarece que a Funiversitária entregou um relatório preliminar com apenas algumas informações, por isto foi informado no Plano apenas a utilização dos dados do CAD Único, da Política de Saúde, da Política de Educação, dados Estaduais disponíveis e, dados da Rede SUAS. Esther diz que foram utilizados do IBGE referente ao Censo/2000, pois o IBGE ainda não lançou os dados da pesquisa do censo de 2010, a equipe está aguardando para fazer um comparativo entre 2000 e 2010 para enviar aos conselheiros e as entidades que participaram de alguma forma da pesquisa. Em relação ao Planejamento da Política Municipal de Assistência Social, Fernanda diz que é a parte mais extensa do documento e que o mesmo foi enviado por e-mail para os conselheiros, lembrando que a Comissão Técnica analisou todo o documento. Em seguida, Solange esclarece que o Planejamento da PMAS está dividido por eixo de proteção, conforme apresentação: recurso para Proteção Social Básica – PSB, referente ao Piso Básico Fixo -PBF/ PAIF é de R\$ 388.800,00 (trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais), para os serviços de acompanhamento continuado aos beneficiários do Programa Bolsa Família, BPC e CAD Único em situação de vulnerabilidade social. Para o Programa Bem Toledo, tem um valor de R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil reais), para concessão de bolsa auxílio à adolescentes que estão cursando o ensino médio; Valor de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais) para serviços de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes pelos Programas: Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente - NACA, Agente Jovem, Florir Toledo; R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) para concessão de Benefício Eventuais de Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Financeiro para Translado, Auxílio Material e casos de calamidade pública; R\$ 132.500,00 (cento e trinta e dois mil e quinhentos reais) para manter os dois (02) CERTIs e repasse de subvenção financeira aos grupos de idosos; R\$ 1.881.550,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais) para construção, ampliação e melhoria das estruturas físicas de atendimentos realizados pela Proteção Social Básica; R\$ 92.820,00 (noventa e dois mil e oitocentos e vinte reais) para atender seis (06) coletivos do Projovem - Piso Básico Variável (PBV), em atividades socioeducativas; Em relação ao PETI, Raquel esclarece que os valores do recurso do PETI é proteção social especial (PSE), no entanto os serviços/ações desenvolvidos é de proteção social básica (PSB), desta forma, nas ações PSB não consta valor, ou seja, consta como R\$ 0,00 de recursos e os valores aparecerão na proteção social especial (PSE). Entretanto, é necessário que esteja previsto, no plano, que os serviços são desenvolvidos na PSB. A conselheira Esther Luiza questiona a situação dos recursos de co-financiamento dos três (03) CRAS mais a

contrapartida do município, devendo ser revisto e ampliado, pois os recursos são divididos entre os quatro (04) CRAS implantados no Município. Desta forma, no plano, deve constar o valor necessário para financiamento dos quatro (04) CRAS, os quais deveriam estar sendo co-financiados pelo MDS, após discussão define-se por referenciar o quarto CRAS no plano. Na sequência, Fernanda passa a apresentar o quadro da proteção social especial – PSE, tendo como primeiro objetivo a garantia de atendimento psicossocial aos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC no CREAS I, com valor de R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais). R\$ 148.320,00 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e vinte reais) para ampliar e garantir o atendimento as vítimas de violências e suas famílias – PFMC II, ações desenvolvidas no CREAS II. R\$ 192.050,00 (cento e noventa e dois mil e cinquenta reais) para acolhimento institucional, mencionando que a alta complexidade não é co-financiada pelo Governo Federal, tendo em vista que o município encontra-se no nível de gestão básica. Solange esclarece que o próprio censo/SUAS que identifica os serviços ofertados pelo município e, conseqüentemente, irá sugerir a expansão para a Gestão Plena. Ires e Simone mencionam sobre a precariedade do financiamento federal e da inexistência do financiamento do Estadual. Esther lembra que estamos em ano de PPA para o Estado e para o Governo Federal e que a Secretaria Municipal, juntamente com o CMAS, devem enviar correspondência aos respectivos órgãos e ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) sobre esta situação. Em seguida, Fernanda apresenta o valor de R\$ 187.200,00 (cento e oitenta e sete mil e duzentos reais) para o PETI, a sugestão é que o recurso seja transferido para os núcleos de atendimento que desenvolvem o PETI. R\$ 197.754,91 (cento e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos), para o Órgão Gestor da Política Municipal, APA e APADA para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência. R\$ 372.150,00 (trezentos e setenta e dois mil, cento e cinquenta reais), para o Órgão Gestor Municipal, CMAS, CMDCA, CMDI e Departamento de Proteção Social Especial, para construção, ampliação e melhoria dos espaços físicos de equipamentos públicos, com a finalidade de ampliar o atendimento aos sujeitos vítimas de violência e com elevado grau de dependência. Após, passa a apresentar o quadro sobre o Aprimoramento da Gestão, com R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para implantar e implementar a política municipal de capacitação dos trabalhadores do SUAS e conselheiros Municipais. R\$ 1.504.188,12 (um milhão, quinhentos e quatro mil, cento e oitenta e oito e doze centavos) para manter convênios com Entidades Não-Governamentais nos eixos de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para divulgação dos serviços socioassistenciais e rede executora. R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) para realizar capacitação dos conselhos: CMAS, CMDCA, CMDI e Conselho Tutelar. R\$ 2.167.893,36 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos) para aprimorar a Gestão da Política Municipal de Assistência Social, para manutenção e contratação de Recursos Humanos. R\$ 61.448,00 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) para descentralização do Cad Único para os CRAS. R\$ 1.000,00 (um mil reais) para implementar a readequação dos serviços da rede socioassistencial, conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. R\$ 135.573,60 (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e três e sessenta centavos) para manutenção do Conselho Tutelar. Com um valor total de recursos de R\$ 7.916.807,99 (sete milhões, novecentos e dezesseis mil, oitocentos e sete reais e noventa e nove centavos). Fernanda esclarece que a dificuldade em relação ao plano é o orçamento, pois não está especificado conforme os níveis de proteção. Em relação à Manutenção dos Serviços, Fernanda esclarece que utilizou os Planos de Ação da Rede que foram enviados para o CMAS e Gestão para o preenchimento deste item, passando a apresentar a projeção de atendimento conforme os níveis de proteção em serviços continuados, benefícios, programas e projetos. A conselheira e Coordenadora do CRAS I, Ruth Lemes esclarece como se dá o benefício de auxílio natalidade através do programa Cegonha Feliz. Fernanda esclarece sobre os dados do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, ao que Esther questiona porque este programa está sendo solicitado no Plano Municipal de Assistência Social se está sendo desenvolvido na Secretaria de Agropecuária e Abastecimento. Ires diz que não sabe porque não está na Assistência Social e foi para outra Secretaria. Fernanda diz que é solicitado no Plano, no entanto, diz que acredita não ser obrigatório constar no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) se não está sendo desenvolvido pela Assistência Social. Em relação às Instituições de Longa Permanência para Idosos, abre discussão sobre a previsão de atendimento, pois consta vinte (20) vagas para as duas entidades, onde a plenária entende que deve constar no plano todos os atendidos e não só as vagas gratuitas para a Assistência social, desta forma seria quarenta (40) vaga ao todo. No questionário sobre Benefícios Socioassistenciais, informou que existe Plano de Inserção dos beneficiários e, que o CMAS estabeleceu novos fluxos de inscrição da Entidades Beneficentes de Assistência Social, através da Resolução nº 47/2010 do CMAS. No Quadro Geral do Financiamento do Plano, Fernanda apresenta que o Orçamento Geral do Município é de R\$ 189.146.238,00 (Cento e Oitenta e Nove Milhões Cento e Quarenta e Seis Mil e Duzentos e Trinta e Oito Reais); os Valores Anuais Destinados à Política de Assistência Social para Capital é de R\$ 6.897.975,18 (Seis Milhões Oitocentos e Noventa e Sete Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais e

Dezoito Centavos), para Corrente é de R\$ 3.010.986,56 (Três Milhões Dez Mil Novecentos e Oitenta e Seis Reais e Cinquenta e Seis Centavos), com percentual destinado para a Assistência Social de 5,24%. O valor anual alocado no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) é de R\$ 5.106.058,92 (Cinco Milhões Cento e Seis Mil Cinquenta e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos); Os Recursos Próprios são de R\$ 6.585.661,74 (Seis Milhões, Quinhentos e Oitenta e Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Quatro Centavos); Em Outras Fontes: Nacional R\$ 1.672.000,00 (Um Milhão, Seiscentos e Setenta e Dois Mil Reais). Estadual R\$ 1.651.300,00 (Um Milhão, Seiscentos e Cinquenta e Um Mil e Trezentos reais). Total de R\$ 3.323.300,00 (Três Milhões, Trezentos e Vinte e três mil e trezentos reais). Para Capital R\$ 2.322.700,00 (Dois Milhões, trezentos e Vinte e Dois Mil e Setecentos Reais). Para Corrente R\$ 1.028.000,00 (Um Milhão, Vinte e oito Mil Reais). Quanto aos Recursos a serem investidos na Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica, um valor de R\$ 7.611.685,38 (Sete Milhões, Seiscentos e Onze Mil, Seiscentos e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos). Nos Recursos a serem investidos na Rede Socioassistencial da Proteção Social Especial, um valor de R\$ 2.210.972,47 (Dois Milhões, Duzentos e Dez Mil, Novecentos e Setenta e Dois Reais e Quarenta e sete Centavos). Em relação aos valores alocados nos fundos: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA R\$3.760.290,45 (Três Milhões Setecentos e Sessenta Mil Duzentos e noventa Reais e Quarenta e Cinco Centavos). Fernanda lembra que o percentual do orçamento destinado para a Política de Assistência Social houve uma redução de 5,98% para 5,24%. Rejane questiona sobre a ampliação dos Serviços e de Recursos Humanos, no entanto, houve redução no percentual para a Assistência Social, ao que o conselheiro Valdair Baggio diz que temos que nos atentar aos investimentos que foram realizados em 2010, como o Centro da Juventude. Solange diz que houve ampliação na Proteção Social Especial (PSE) e redução na Proteção Social Básica (PSB) em relação à 2010. Em seguida, apresentou o questionário sobre o Monitoramento e Avaliação e o questionário sobre o Controle Social, onde solicita o número da Resolução do CMAS que aprova o Plano e a forma como se deu o processo de elaboração e aprovação do PMAS. Fernanda esclarece que todos os materiais utilizados para preenchimento do Plano, estão documentados e arquivados na Secretaria de Assistência Social, e se alguém quiser ter acesso, o mesmo está disponível no Departamento de Gestão. Esther questiona se as sugestões indicadas pela plenária estão sendo consideradas para aprovação, ao que Solange e Fernanda dizem que sim, e que as considerações foram anotados e serão alterados no Plano antes de ser enviado. A presidente Maria Inês, põe para aprovação o Plano Municipal de Assistência Social, sendo aprovado por unanimidade com as considerações realizadas pela plenária. No item **C** da pauta, Maria Inês passa a palavra para Maria de Lurdes apresentar o Programa de Gestão e Modernização de Práticas Sociais para o Exercício 2011, lembrando a importância deste Programa pois as entidades utilizam, aproximadamente, noventa por cento (90%) dos recursos para viabilizar as suas estruturas. Em seguida, Maria de Lurdes diz que a documentação das entidades já foram analisadas e estão todas de acordo, sendo necessário apenas a aprovação pelo CMAS, e segue apresentando as entidades que serão beneficiadas e os valores a serem repassados, lembrando que os recursos serão repassados em parcela única no mês de julho, os quais poderão ser utilizados para pequenas reformas e aquisição de equipamentos, segue as entidades: Aldeia Infantil Betesda, R\$ 6.849,33 (seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos); APA, R\$ 7.827,82 (sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos); Ação Social São Vicente de Paulo, R\$ 19.569,55 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos); APADA, R\$ 9.384,00 (nove mil, trezentos e oitenta e quatro reais); Dorcas – Vila Pioneiro, R\$ 10.763,24 (dez mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos); Dorcas – Jardim Coopagro, R\$ 17.612,59 (dezesete mil, seiscentos e doze reais e cinquenta e nove centavos); CBEI Ledi Maas – Lions, R\$ 2.935,42 (dois mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos); Grupo Espirita Fraternidade, R\$ 3.323,50 (três mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos); Casa de Maria, R\$ 19.569,55 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos). A presidente põe para aprovação o Programa de Gestão e Modernização de Práticas Sociais para o Exercício 2011, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, a conselheira Esther sugere o encaminhamento do CMAS para o Estado e Governo Federal, sobre o orçamento para os Municípios. Maria Inês fala sobre sua preocupação com a demora pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome (MDS) sobre a emissão do CEBAS para as entidades, ao que Simone indica que o CMAS faça correspondência ao MDS solicitando agilidade neste processo. Então a presidente, Maria Inês Borges Mânica, dá por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os conselheiros. Nada mais havendo a tratar, eu, Tania R. S. Midding, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.